

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XLII • Nº 439
Brasília-DF • Outubro 2021



Cimi rumo aos 50 anos de história e resistência em defesa da causa indígena nos caminhos do Bem Viver: "luz incandescente numa frente missionária"

Página 3, 4 e 5

"Permanecer é Preciso": cerca de 700 estudantes se mobilizaram pelo acesso e permanência de quilombolas e indígenas no ensino superior brasileiro

Páginas 8 e 9

Os indígenas tinham razão quando pediam cassação de Bolsonaro em 1998

Genocídio indígena é minimizado em relatório final da CPI da Pandemia: indígenas cobraram investigação do governo federal, na disseminação da covid-19 entre os povos originários, mas não foram ouvidos

Páginas 12, 13 e 14

O órgão indigenista oficial e sua escalada contra os povos originários

Por Roberto Liebgott

A Fundação Nacional do Índio (Funai), criada em 1967, vem, ao longo de seus mais de 50 anos de existência, se adaptando aos contextos políticos, às perspectivas econômicas e à Constituição Federal. Em sua trajetória, contou com a atuação de louváveis servidores, que muitas vezes colocaram suas vidas em risco pela defesa das comunidades. Mas também foi povoada por servidores omissos em relação à missão oficial do órgão.

Ao longo dos anos, a Funai sofreu duras avaliações dos indígenas e indigenistas, porque, em geral, não conseguia desempenhar as suas funções quanto à implementação de políticas que assegurassem, efetivamente, os direitos dos povos originários.

No primeiro período de sua existência, a Funai atuou a partir da concepção integracionista e como tuteladora dos povos indígenas, promovendo o controle das comunidades e de seus territórios, inclusive na administração dos bens. Foram os seus servidores que introduziam, dentro das áreas indígenas, as práticas de arrendamento, desmatamento e comercialização dos produtos.

Em 1973, o órgão indigenista passou a ser guiado pelo “Estatuto do Índio”, estabelecido na Lei 6001, ainda em vigor e caracterizado por reger a lógica assimilacionista, de tornar os “índios em não índios”. Mas, bem mais do que isso, agia para facilitar a exploração econômica das terras. Foi no período de 1967 a 1988 que a Funai estimulou, junto com os militares, políticas que podem ser caracterizadas como genocidas, porque previa a extinção indígena ou a sua integração forçada à comunhão nacional. Perspectiva que não se concretizou graças à reação e mobilização dos povos, que passaram a se articular através das grandes assembleias, de suas organizações locais e nacionais, resistindo ao integracionismo, protegendo seus territórios, suas vidas e culturas.

Com o advento da “Assembleia Nacional Constituinte”, em 1986, os povos indígenas e entidades de apoio, dentre elas o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), promoveram um grande mutirão pela vida e pelos direitos a serem inscritos na nova Constituição Federal. Foi, aquele período, um dos mais iluminados da história dos povos indígenas. Lá, eles se posicionavam, se comportavam como protagonistas e passaram a ser aceitos, não mais como tutelados, mas como sujeitos de direitos. E, depois de muitos debates e estudos, apresentaram, ao Congresso Constituinte, o que é hoje o “Capítulo VIII – Dos Índios”, artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988. Neles estão expressos o fim da tutela, o direito às diferenças étnicas e culturais, aos modos de ser, viver e de se organizar – de acordo com as lógicas ancestrais de cada povo e comunidades; lá estão inscritos os direitos à terra, como originários, tradicionais, inalienáveis, indisponíveis e imprescritíveis; lá estabelece que a União deve demarcar e proteger as terras como patrimônios públicos e destinadas – com usufruto exclusivo – aos povos; e há a previsão de que os indígenas, todos eles, devem ser tratados, respeitados e reconhecidos como sujeitos de direitos, rompendo-se, em definitivo, com o integracionismo e com a tutela.

Os novos parâmetros constitucionais obrigaram o Estado a redefinir suas práticas. Deixaria de ser tutelador e passaria a guiar suas ações através do reconhecimento dos povos em suas diferenças, promovendo a proteção de suas terras e criando espaços com a participação indígena.

O protagonismo dos povos acabou se concretizando no dia a dia, através de suas presenças nos espaços públicos, tornando-se cada dia mais visíveis, exigindo que seus direitos fossem assegurados.

Por outro lado, os movimentos que se opunham aos indígenas – grupos econômicos, partidos políticos, militares –, aliados aos sucessivos governos, promoveram a desobediência aos direitos indígenas e, ao longo das décadas, colocaram freios administrativos, jurídicos e impediram a concretização das determinações constitucionais.

As violências, as invasões, as práticas de racismo e a exploração predatória dos territórios não cessaram. A devastação das florestas foi ininterrupta e as agressões contra a vida ocorreram de forma perversa.

A Funai tentou agir no sentido de atender as demandas indígenas, mas também colocou muitos obstáculos, contemporizando e acomodando interesses de grupos econômicos – do ruralismo, dos madeireiros, garimpeiros, entre outros.

A trajetória da Funai, entretanto, nunca foi tão sombria e danosa como a de agora. Pode-se dizer que, no desgoverno de Jair Bolsonaro, a Funai mudou de natureza, passando a agir pela desconstrução de direitos, pela desterritorialização dos povos e gestando interesses econômicos que assolam o patrimônio público.

A Funai, ao que parece, foi alçada a uma espécie de agência nacional de negócios em terras indígenas. A presidência do órgão indigenista faz vistas grossas às invasões, aos desmatamentos, à degradação ambiental, à garimpagem, aos incêndios e ao loteamento de terras. Tem chegado ao ponto de não coibir o proselitismo religioso, quando permite que missões fundamentalistas tenham acesso aos povos isolados. Nesse ambiente houve a necessária intervenção da Suprema Corte para impedir a entrada de missões religiosas nas comunidades indígenas em situação de isolamento.

Embora a Funai conte com bons e valerosos servidores – que aliás são sistematicamente perseguidos internamente –, a sua estrutura e funcionamento foram contaminadas por setores anti-indígenas, por delegados, policiais aposentados, crentes, latifundiários e outros sujeitos que atuam, declaradamente, contra os interesses e direitos indígenas, colocando as terras da União à disposição da grilagem e da garimpagem.

E isso tudo não vem sendo feito em segredo. Ao contrário, a presidência da Funai expõe, torna público, através de medidas administrativas, de instruções normativas, de políticas antidemarcação e de não atuação no âmbito do Judiciário. Ao contrário, além do abandono das ações cíveis, a Funai também se retira da defesa dos indígenas nas ações criminais, onde, quase sempre, estão em jogo as relações de tradicionalidade e conflito cultural.

Neste contexto, só há três caminhos: os povos indígenas agirem intensamente contra essas práticas, denunciando-as no país e no exterior; as forças políticas progressistas precisam se envolver e combater o desgoverno; e o Ministério Público Federal deve proceder a uma ampla e irrestrita investigação para apurar eventuais crimes e responsabilizar civil e criminalmente todos os que contribuem para as práticas delituosas.

Em verdade, a situação atual é intolerável. O amanhã, sem uma ação imediata contra o desgoverno e a antipolítica indigenista, será mais sombrio do que hoje e a destruição em curso, será irreversível.



Porantinadas

Estado genocida

“Crianças indígenas assassinadas em fuga, invasão do PCC em garimpos do Roraima, indígenas e ribeirinhos contaminados por mercúrio, garimpeiros usando armamento militar e casas de lideranças indígenas atacadas e destruídas em Jacareacanga. Tudo isso acontecendo em área de garimpo ilegal no País de Bolsonaro, mas, mesmo assim, Hélder Barbalho, decide comemorar o Dia do Garimpeiro”, informa o site Jornalista Livres. Assinatura de decreto que institui o Dia do Garimpeiro - no Estado de maior conflito em áreas protegidas e de territórios indígenas - compactua com a destruição dos povos tradicionais e do meio ambiente.

Perseguição política

Professora é removida de escola pública por “insistir na temática indígena”, diz documento de remoção, publicado pela Agência de Jornalismo Investigativo “Pública”. O relatório, entretanto, mostra que Márcia ministrou assuntos que fazem parte da Base Nacional Comum, mas, segundo a diretora da escola, a decisão “veio de cima”. Márcia é uma destacada historiadora e liderança indígena de Rondônia. Recentemente, ela organizou a caravana das mulheres Muras da Amazônia na 2ª Marcha das Mulheres Indígenas em Brasília, para lutar por direitos e contra o marco temporal. “A história de Márcia remonta a própria história do seu povo Mura, que sofreu diversos estigmas, massacres, perdas demográficas, linguísticas e culturais ao longo do processo de colonização”, avalia a nota da “Pública”.

Militarização da Funai

Sem nenhuma experiência com questões indígenas no currículo, coronel da reserva do Exército, Fernando Fantazzini Moreira, foi nomeado pelo governo para assumir a diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai. Os militares brasileiros buscam historicamente a “integração” dos indígenas à sociedade nacional, discordando da Convenção nº 169 da Organização do Trabalho (OIT), que busca superar práticas discriminatórias que afetam os povos indígenas e assegurar que participem da tomada de decisões que impactam suas vidas. Seria esse então o melhor nome para que se cumpra a missão institucional da Funai, que é proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas?

Assembleia Geral do Cimi rumo aos 50 anos de história e resistência em defesa da causa indígena

Cimi busca dar continuidade à sua missão: apoiar a luta dos povos originários; “luz incandescente numa frente missionária”, fazendo resistência, permanecendo junto aos povos originários nos caminhos do Bem Viver

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

A XXIV Assembleia Geral do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), realizada entre os dias 11 e 14 de outubro – pela primeira vez em formato virtual, trouxe reflexões sobre o contexto político, indigenista e eclesial em que o Cimi está inserido e, ainda, a reafirmação do seu compromisso de dar continuidade à luta dos povos indígenas, além da posição contra todas as estratégias que roubam, mentem, expropriam e devastam os territórios tradicionais.

No decorrer dos quatro dias de trabalho - com debates, trocas de experiências, deliberações, místicas e espiritualidade -, missionários, missionárias, lideranças indígenas, representantes da igreja Católica, organizações aliadas e apoiadores, além de assessores do Cimi de todas as regiões do país, puderam discutir e deliberar sobre o tema e lema do encontro: “Rumo aos 50 anos: História e Resistência em Defesa da Causa Indígena”.

Fazendo resistência, permanecendo junto aos povos originários nos caminhos do Bem Viver, “o Cimi é como uma luz incandescente que caminha numa frente missionária da mais importante relevância para a vida da igreja, da sociedade e, naturalmente, para a vida dos povos”, destacou Dom Walmor Oliveira de Azevedo, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Na abertura do evento, Antônio Eduardo Cerqueira, Secretário-Executivo do Conselho Indigenista Missionário, relembrou alguns trechos pontuais do Plano de Pastoral do Cimi sobre a dinâmica de esperança na atuação junto aos povos indígenas, que farão emergir um mundo novo para todos, por meio de luta e resistência. “A partir da fé, com seus desdobramentos na proximidade aos Povos Indígenas e na universalidade de sua causa, os missionários e as missionárias sabem que os índios devem crescer e eles diminuir. Por isso, o Cimi incentiva, tanto no campo político quanto no campo religioso, o protagonismo missionário e uma fé adulta, como sujeitos históricos na sociedade”, frisou.

Iniciando as explanações do painel “Rumo aos 50 anos: memória e projeção”, Egydio Schwade, filósofo, teólogo, indigenista e ativista social que, desde 1963, atua em favor dos povos, falou sobre algumas de suas vivências e sobre o histórico de atuação missionária, principalmente com os Jesuítas, além dos precedentes da criação do Cimi. Segundo Schwade, um dos documentos do Concílio Vaticano II dizia: “busquem os missionários colher as sementes do verbo ocultas nos povos”, lembrou. “Nessa época, ninguém queria ser índio”, pontuou o indigenista ao citar as inúmeras histórias de perda de protagonismo dos povos que presenciou. “Iam para Cuiabá esconder sua identidade de índio”, tamanho era os ataques e genocídios indígenas e a explícita ação do Estado para integrá-los.

A pastoral indigenista libertadora e o papel profético do Cimi

Paulo Suess, Assessor teológico do Cimi, trouxe reflexões importantes sobre o papel da entidade no processo de fortalecimento da defesa dos povos indígenas e também na ruptura nas práticas missionárias coloniais. Ele conta que foi no oitavo ano da ditadura militar, no período mais repressivo da história brasileira, que o Cimi começou a se estruturar, a partir do que ele chama de atos proféticos.



Neste ano, a XXIV Assembleia Geral do Cimi ocorre em formato virtual em razão da pandemia da Covid-19

“busquem os missionários colher as sementes do verbo ocultas nos povos”



Egydio Schwade

Foto Egon Heck/Cimi

“O Cimi é um filho do Vaticano II e transformou a colonialidade das práticas missionárias em pastoral indigenista libertadora. Esse foi o primeiro ato profético. O segundo, ocorreu durante a primeira Assembleia Geral do Cimi, quando a entidade definiu profeticamente seis prioridades que até hoje são válidas, trazendo uma conscientização missionária para a política indigenista. Contra as ondas agitadas da época”, destacou.

Na oportunidade, o teólogo lembrou dos tempos de negação da relevância da pastoral e do trabalho indigenista do Cimi e, ainda, da negação da existência dos índios e do protagonismo dos povos tradicionais. “Quando o Cimi abriu as janelas da pastoral missionária colonizadora, nem todos os setores eclesiais ficaram encantados, pois havia uma questão de fundo: a pastoral indigenista deveria preparar a integração dos índios na comunidade nacional – como dizia o programa oficial – para novas forma de colonialidade, ou seja, prepará-los para o mercado. Verdades da época que nos incomodaram. Eram duas tarefas para o Cimi: atuar num contexto mais amplo de fortalecer a defesa dos povos indígenas e converter a própria igreja”, pontuou. Paulo Suess frisou que, para o fortalecimento em prol da descolonialidade, era preciso a ampliação dos trabalhos da pastoral, mas que defender a terra, a cultura e a autodeterminação significava “construir uma casa sobre a areia”.

Relatório da presidência

A plenária aprovou o Relatório da Presidência, referente ao período de 2020 a 2021, que elencou inúmeros aspectos do trabalho missionário neste último biênio, por meio de ações institucionais em defesa dos direitos dos povos indígenas. “Nesses dois anos, as nossas preocupações com as ameaças aos direitos e à vida dos povos indígenas no Brasil só aumentaram. As forças agressivas do capital, particularmente ligadas ao agronegócio, à mineração, à infraestrutura, dentre outras, têm atuado de modo cada vez mais organizado, agressivo e sistemático contra o direito sagrado e constitucional dos povos às suas terras demarcadas e protegidas”, aponta o documento.

No relatório, há descrição da angústia de todos os missionários e missionárias que precisaram manter o distanciamento das aldeias e do convívio diário com os indígenas nesse tempo de pandemia. O documento aponta também que a insensibilidade, o preconceito e o negacionismo do presidente da República, e dos que fazem parte de seu governo, foi fator determinante para a morte dos 1.211 indígenas, vítimas do coronavírus.

“Nos dois últimos anos, não restam dúvidas de que a ação missionária da Igreja Católica, por meio do Cimi, mais uma vez, teve importância fundamental na defesa da vida e dos projetos de futuro dos povos indígenas. As ameaças e agressões contra os povos indígenas nos desafiaram a continuarmos atentos, alertas, envolvidos

e empenhados, a todo o momento e em todos os espaços, a fim de colaborarmos com os processos organizativos e de luta dos povos em defesa de suas vidas, na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e pluricultural e de um Estado plurinacional, a caminho do Reino definitivo”, destaca o texto do Relatório da Presidência (2020 a 2021).



Dom Erwin Kräutler e Paulo Suess durante discussão sobre o Sínodo da Amazônia, em outubro de 2019

Foto: Tiago Miotto/Cimi



Resistência indígena

Moema Miranda, franciscana, da Ordem Franciscana Secular, secretária da Rede Igrejas e Mineração e assessora da Comunicação Especial de Ecologia Integral e Mineração da CNBB, destacou que estamos vivendo um momento extremamente inédito do ponto de vista do planeta Terra e da história da humanidade, quando nos aproximamos de uma possibilidade de extinção real das condições de vida no planeta. Moema Miranda citou ainda que, de um lado, há a ação de garimpeiros ávidos pelo minério, de outro, a atuação organizada das grandes mineradoras e, enquanto isso, o Presidente da República alega às corporações que os “povos indígenas são um pequeno empecilho que será superado”.

“Os povos indígenas em todo mundo, em particular no Brasil, são a pedra de tropeço do capital. Mas, com a relevância e transformação dos povos indígenas em sujeitos da luta política, eles são a estrutura, a possibilidade e a única chance que temos como humanidade de sobreviver no planeta”, destacou a franciscana ao relembrar que o trabalho do Cimi, de contribuição à resistência indígena, também é fundamental para a continuidade da vida no planeta.

Paulino Montejo, assessor político e parlamentar da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – Apib, também falou sobre o protagonismo indígena e destacou que a pauta sempre foi barrada das agendas dos movimentos sociais e políticos. “Os indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais incomodam”, “[somos] tratados como um apêndice numa agenda política que não existe”, pontuou. Ele discorreu ainda sobre a retirada de direitos indígenas e o aumento da grilagem, do garimpo, das invasões, explicitando a crescente violência sofrida pelos povos que lutam pela demarcação de seus territórios.

Diga ao povo que avance

A assembleia também contou com reflexões de Cleber Buzatto, Secretário-Adjunto do Cimi, que fez um recorte temático e teórico sobre os desafios das lutas dos povos indígenas. “Estamos diante de um momento decisivo para os povos indígenas. Nesse contexto, a continuidade (e até mesmo a intensificação) do processo de luta dos povos e de seus aliados contra o marco temporal – e demais instrumentos de ataque que estão sendo manejados contra os povos – é elemento político fundamental a fim de que se possa conquistar novamente a sustentação desse direito fundamental por parte dos povos indígenas, direito às suas terras tradicionalmente ocupadas”, destacou.



Cleber Buzatto, Secretário-Adjunto do Cimi, em pronunciamento ao Fórum Permanente da ONU sobre as Questões Indígenas, em 2018

Na ocasião, o Secretário-Adjunto do Cimi relembrou os argumentos revoltantes do voto do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Kássio Nunes Marques, favorável ao marco temporal e, portanto, contrário aos povos indígenas. “Ele utilizou como argumento a constatação de que o Brasil é um Estado/sociedade capitalista e, em nome disso, em linha com a absolutização do instituto da propriedade privada, buscou legitimar e propôs, na maior cara de pau, de forma desavergonhada mesmo, a tese da anistia ao esbulho possessório, da anistia à violência, da anistia ao genocídio que ele mesmo admitiu terem sido praticados contra os povos indígenas, em geral, na história de colonização do Brasil e contra o povo Xokleng particularmente”, frisou e lembrou ainda que é fundamental manter aceso e intenso o fogo do espírito missionário-militante para continuar contribuindo, efetiva e afetivamente com a luta dos povos. “A luta continua. Marco temporal, não! Diga ao povo que avance: avançaremos!”, clamou.

Desafios e perspectivas da mobilização dos povos indígenas

Na data que marca a resistência indígena para os povos da América Latina, 12 de outubro, os trabalhos do segundo dia da XXIV Assembleia Geral do Cimi trouxeram a força dos biomas na defesa da vida, a luta dos povos indígenas e as histórias da entidade rumo aos seus 50 anos.

Na ocasião, lideranças indígenas dos povos Pankararu, Macuxi, Kaingang, Mura, Maraguá, Tikuna, Krahô,

Apinajé, Xerente, Guarasugwe e Kaiowá contribuíram para o debate e apresentaram reflexões em relação à organização e mobilização indígena, apontando os povos como a principal estratégia para a preservação do meio ambiente.

Elisa Pankararu fez referência às lutas, ao território e aos seus ancestrais, apontando a importância do movimento indígena, seu fortalecimento com a participação das mulheres. Para ela, a luta nasce no chão do território, na convivência com a natureza, no fortalecimento das relações, nos ensinamentos, na cura, nos antepassados, nos encantados. “O colonizador não tem essa compreensão, porque não tem essa essência que nos fortalece, que faz com que caminhemos quanto movimento indígena”, avalia. Elisa é professora indígena, mestre em Antropologia, atual coordenadora do Departamento de Mulheres Indígenas da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), além de integrar a Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogos (ABIA).

Linha de frente das manifestações realizadas desde abril desse ano, Kretã Kaingang, da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ArpinSul) e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), destacou a importância dos grandes atos nacionais em defesa dos direitos originários, mas também trouxe a importância das organizações e manifestações a partir dos territórios, das retomadas. “Vivemos um momento definitivo sobre nossas vidas, até o fim e 2021 não podemos nos afastar das mobilizações em Brasília, nos territórios, nos juntando com todas as organizações”, avalia.

Adriano Karipuna trouxe um olhar sobre a questão ambiental, o marco temporal e projetos anti-indígenas, destacando o projeto etnocida e genocida contra os povos indígenas. “Sabemos que na COP26 vão dizer que está tudo perfeito, que os territórios estão protegidos, quando, na verdade, tem feito quase nada pela proteção”. Adriano ainda faz um apelo pela proteção dos povos livres e isolados, por entender que o Estado brasileiro deve muito aos povos indígenas, especialmente pelo derramamento de sangue com a colonização.

Francisco Mura, liderança do povo Mura da Aldeia Taquara, no Amazonas, destacou a luta contra o desmatamento e a devastação dos territórios. “O desmatamento deixa nossas despensas vazias, porque a mata foi derrubada, o rio foi destruído e poluído, afastando nossa caça, destruindo nossas matas, mas jamais iremos desistir, porque nossos antepassados já nos trouxeram até aqui, mostram a resistência e, mais do que nunca, vamos lutar para garantir as futuras gerações aquilo que nossos antepassados já garantiram para nós”, assegura Francisco.

Por sua vez, Ercília Tikuna, coordenadora da Associação das Mulheres Indígenas do Médio Solimões e Afluentes (AMIMSA), trouxe reflexões ao debate. “Nesses quase 50 anos de trabalho, o Cimi tem ajudado na formação, na luta pelos nossos direitos, ajuda a formar essas pessoas como lideranças da região, dos povos. E se o Cimi não existisse nesses 50 anos, como estaria o movimento indígena?”, questiona a liderança Tikuna da região do Médio Solimões/AM.

Presença amiga, solidária e fraterna

No terceiro dia de evento, as explanações da plenária foram conduzidas inicialmente pelo presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), secretário da Rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam-Brasil) e arcebispo de Porto Velho (RO), Dom Roque Paloschi. “Agradeço todo o apoio e todo carinho que dão ao Cimi, sobretudo nesse passo importante na Suprema Corte, contra o marco temporal”, frisou Dom Roque.

Na fala do presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Walmor Oliveira de Azevedo, a confirmação da importância dessa luta histórica, na caminhada junto aos povos tradicionais em prol da garantia de suas terras e na defesa de suas culturas, línguas, crenças, costumes e organizações sociais. “A cultura indígena é

Alexandre de Moraes devolve pedido de vista do marco temporal

Durante a Assembleia Geral do Cimi, Rafael Modesto dos Santos, assessor jurídico do Cimi, informou que o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), devolveu no dia 11 de outubro o pedido de vista do recurso do marco temporal para julgamento. Com pouco menos de um mês da suspensão do julgamento, o STF poderá, enfim, voltar a deliberar a questão, que ainda não tem data para ser julgada e aguarda o presidente do Supremo, Luiz Fux, recolocá-lo em pauta.

“É um movimento importante que vai ao encontro da nossa estratégia política, jurídica e de comunicação de fazer com que o processo seja julgado o mais breve possível. Nos causa boa impressão o fato da celeridade na devolução do processo para julgamento, inclusive antes mesmo da movimentação no Congresso Nacional no que se refere ao PL 490, que tem como objetivo institucionalizar a tese do marco temporal. Então o Supremo se adianta para julgar o caso”, frisou.

O caso envolve o direito dos Xokleng, povo originário de Santa Catarina, a ter posse de uma área que

não era ocupada por eles antes da Constituição de 1988. O relator do caso, ministro Edson Fachin, votou pela derrubada do marco temporal, permitindo que os indígenas tenham acesso às áreas de ocupação histórica de seu povo. Após Nunes Marques discordar do relator, Moraes pediu vista.

No dia 27 de outubro, lideranças indígenas dos povos Macuxi e Wapichana, da Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol, em Roraima (RR), compareceram ao Supremo Tribunal Federal (STF) para reivindicar que a Corte retome e dê uma posição favorável perante o julgamento do Recurso Extraordinário 1.017.365, que trata das demarcações de terras indígenas. Eles foram recebidos pelo secretário-geral da presidência do STF, Pedro Felipe, e, em seguida, protocolaram o pedido na Corte. A iniciativa é fruto da V Assembleia da TI Raposa Serra do Sol, evento realizado entre os dias 11 e 16 de outubro deste ano, na região das Serras (RR). O documento protocolado no STF foi assinado pelos povos Macuxi, Wapichana, Taurepang, Ingaricó e Patamona.

Foto: Tiago Miotto/Cimi



Em Brasília, Adriano Karipuna mostra no mapa as invasões sobre a TI Karipuna. Ele e André Karipuna (à direita) denunciaram às autoridades públicas a grave situação em seu território

um arcabouço de lições de solidariedade para nós, que precisamos aprender a implantar modelos novos. Quero nessa oportunidade dizer o quanto estamos comprometidos com as causas indígenas e com o Cimi nessa luta. Em referência ao julgamento do marco temporal, sabemos que está nas mãos do presidente do Supremo Tribunal e nós continuaremos nesta luta, assim como fizemos na última reunião no Observatório Nacional dos Direitos Humanos, apoiando e pedindo que fosse dada uma celeridade exitosa para a causa indígena. Contem conosco, estamos juntos nessa tarefa”, garantiu.

Homenagem

Ao lembrar de suas origens, a XXIV Assembleia Geral do Cimi fez memória há alguns dos seus fundadores, que permitiram conduzir a pequena canoa do Cimi pelas ondas agitadas da época: a perspicácia política de D. Tomas Balduino e a atuação profético-espírita de D. Pedro Casaldáliga. Também trouxe seus mártires, que seguem inspirando as lutas da entidade junto aos povos, entre eles Geraldo Alkmin, sementes teimosas que seguem germinando e esparramando seus frutos. “Recordar é fazer passar pelo coração novamente”, destacou Lígia Farias, do Cimi Regional Mato Grosso do Sul.

Documento Final

Com objetivo de dar continuidade à sua missão de apoiar a luta dos povos indígenas, no último dia do encontro, 14, o Cimi publicou o Documento Final da XXIV Assembleia Geral, o qual, além de celebrar as formas de resistência histórica e atual dos povos indígenas, também reverencia as plurais expressões dos movimentos, territorializados em práticas e em cosmovisões dos diferentes povos e comunidades, articulados em eventos e mobilizações nos espaços públicos – da Constituinte, em 1987 e 1988, ao Levante pela Terra e pela Vida, em 2021. Bem como, a presença de homens e mulheres indígenas mobilizados ao longo de meses, afirmando direitos conquistados, dizendo não ao marco temporal, ao PL490 e às investidas contra seus territórios.

“O crescimento é um negócio rentável que ameaça a natureza, as gerações futuras, os povos indígenas, a saúde dos consumidores, as condições de trabalho dos assalariados, a existência de uma legião de seres humanos empobrecidos, dos quais se rouba um outro futuro possível”

O Cimi denuncia, “mais uma vez, a força viciada do paradigma hegemônico do crescimento e da aceleração, naturalizado como sendo o único modo possível de projetar nosso futuro”, consta no Documento Final, que ainda traz um alerta. “O crescimento é um negócio rentável que ameaça a natureza, as gerações futuras, os povos indígenas, a saúde dos consumidores, as condições de trabalho dos assalariados, a

“O crescimento é um negócio rentável que ameaça a natureza, as gerações futuras, os povos indígenas, a saúde dos consumidores, as condições de trabalho dos assalariados, aumenta a existência de uma legião de seres humanos empobrecidos, dos quais se rouba um outro futuro possível”

Prioridades de ação

No apoio às suas estratégias de resistência para a manutenção de seus direitos originários, a plenária deliberou pela manutenção das prioridades de ação definidas em 2019: terra, água e território; a defesa da Constituição Federal de 1988, com particular atenção à defesa dos direitos originários dos povos indígenas; e apoio aos povos e comunidades que vivem em contextos urbanos. A proposta do Conselho da Diretoria, aprovada pelos delegados em votação virtual, é que as prioridades de 2020-2021 sejam mantidas até a realização do Congresso do Cimi, previsto para abril de 2022, ou até a XXV Assembleia Geral que será realizada em 2023.

existência de uma legião de seres humanos empobrecidos, dos quais se rouba um outro futuro possível”.

A entidade faz críticas também à antipolítica do governo brasileiro, operacionalizada na atuação do órgão indigenista oficial, e à Fundação Nacional do Índio (Funai), que se tornou uma espécie de agência reguladora de negócios, sendo esvaziada de suas responsabilidades em demarcar e proteger territórios originários, como também acompanhar demandas processuais envolvendo direitos individuais e coletivos indígenas, lista o documento final da XXIV Assembleia Geral da entidade.

Além disso, o Cimi faz um alerta sobre a contaminação das águas, a insegurança territorial gerada pela suspensão das demarcações, pelo incentivo às invasões, pelas medidas administrativas de concessão de terras para exploração madeireira e garimpeira, para especulação imobiliária, grilagem, criação de gado, bem como pelo conjunto de iniciativas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que visam restringir garantias constitucionais das comunidades e povos originários.

“Ao celebrar seus quase 50 anos, o Cimi reafirma seu compromisso com a causa indígena, assim como seu firme posicionamento contra todas as estratégias acionadas para roubar, mentir, expropriar e devastar os territórios dos povos e comunidades”, destacou a entidade ao deliberar sobre suas prioridades de ação para o próximo período, que são: terra, água e território; defesa da Constituição Federal de 1988, com particular atenção à defesa dos direitos originários dos povos indígenas; e apoio aos povos e comunidades que vivem em contextos urbanos.

Com a força da afirmação de Elisa Pankararu durante a Assembleia, “o território é nosso corpo e nosso espírito”, as lutas indígenas nos recordam que a vida em plenitude é tarefa colaborativa que se cumpre com os outros, com os direitos da natureza e com a Terra-Mãe, esse corpo vivo que nutre, restabelece, faz germinar e frutificar distintas formas de vida, afirma o Cimi.

A XXIV Assembleia Geral também apresentou suas congratulações à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pelos seus 69 anos de existência, completados no dia 14 de outubro de 2021. “Nossos agradecimentos a cada uma e cada um que passaram pela CNBB durante essas quase sete décadas, dedicando seus relevantes serviços, na opção pelos mais pobres, principalmente pelo apoio dedicado à causa indígena. Sobretudo nos tempos que vivenciamos atualmente, em que os direitos, não só dos indígenas, mas de toda a população brasileira vêm sendo violados e retirados, a atuação da CNBB tem sido fundamental na defesa aos irmãos e irmãs mais fragilizados”, destacou o secretário-executivo do Cimi, Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira. ♦

Foto: Indi Gouveia/Cáritas Brasileira



CNBB visita o acampamento Luta Pela Vida, em Brasília

Linhão de Tucuruí: mais uma mentira contra o povo Waimiri Atroari

De acordo com Egydio Schwade, o objetivo do linhão de Tucuruí é triplamente prejudicial aos indígenas; o governo autorizou a obra do linhão em setembro deste ano

Por Egydio Schwade, do Cimi

No final de setembro, vimos, outra vez, a mais alta autoridade da República pisar o povo Waimiri-Atroari, como se este não tivesse direito de viver com autonomia no chão que imemorialmente garantiu a sua sobrevivência e das gerações futuras.

Não faz muitos meses que vimos em rede nacional o deputado estadual Jeferson Alves, de Roraima, outro capanga oficial, ostentar a sua covardia contra este povo, cortando a corrente que os índios colocam à noite para proteger a vida e as riquezas naturais de seu território, como pede a Carta Magna Cap. VI, Art. 225: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Foi assim que a Ditadura Militar invadiu recentemente o território desse povo, como se fosse um vazio demográfico, com a construção da BR-174. Naquela oportunidade, justificou ao público a necessidade de ligar Manaus (AM) a Boa Vista (RR). Mas o objetivo foi outro. Os documentos que originaram a BR-174, comprovam que a obra visava as jazidas minerais da área desses índios.

Antes de iniciar a obra, o coronel Mauro Carijó, diretor do Departamento Estadual de Rodagem do Amazonas, em ofício à Petrobrás, solicitou “informação sobre o potencial mineral do Estado em vista da elaboração de um Plano Diretor de Transportes para o Estado do Amazonas”. Semelhante foi o objetivo do Presidente Sarney quando nomeou Romero Jucá para a presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai).

O objetivo oculto da Ditadura Militar foram as minas do Pitinga e a construção da hidrelétrica de Balbina nas terras Waimiri Atroari para captação de energia. O pagamento a este povo foi um genocídio. Durante a construção das obras, o povo Waimiri Atroari foi reduzido de 3000 para 332 pessoas e perdeu dois terços do seu território imemorial. Este objetivo também faz parte do linhão que

“Foi assim que a Ditadura Militar invadiu recentemente o território desse povo, como se fosse um vazio demográfico, com a construção da BR-174.”



Terra Indígena Waimiri Atroari

o Governo Bolsonaro está impondo agora a este povo.

O objetivo principal do linhão não é abastecer de energia o Estado de Roraima. Roraima não precisava sofrer falta de energia. Bastava normalizar, de forma civilizada, as relações diplomáticas com o governo da Venezuela, interrompidas pela submissão do governo Bolsonaro aos interesses do nada democrático governo dos Estados Unidos. O linhão de Guri/Venezuela já existe e funcionou muito bem, trazendo energia mais econômica do país vizinho, do que o linhão de Tucuruí trará. A interrupção do fornecimento da energia da Venezuela tem a ver com as burrices do governo Bolsonaro.

O objetivo do Linhão-Bolsonaro é triplamente prejudicial aos indígenas:

- Visa chegar a novas fontes de energia, para abastecer o Sul do País, que prejudicarão os seus territórios;
- O saque dos minerais em suas terras;
- E, não por último, a sua “integração” compulsória, ou seja, exterminá-los de vez para dar livre acesso às empresas capitalistas multinacionais para o saque dos recursos minerais e vegetais.

É importante nos darmos conta disso. E o povo Waimiri Atroari é, no momento, o principal alvo deste governo genocida, como detentor de um grande potencial mineral, mas também porque, no passado, assim como hoje, é o principal baluarte contra o olho grande das multinacionais. A Casa da Cultura do Urubuí, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e o CEDI, desde os anos 80, vêm alertando e denunciando, nominalmente, 13 empresas mineradoras multinacionais que já lotearam entre si o território desse povo.

Suspiramos pelo aparecimento de um governo justo e de comandantes das Forças Armadas sérios, que tenham a coragem de qualificar essas ações nefastas pelo que foram e pelo são, e pedir perdão aos Waimiri Atroari e à humanidade.

“O povo Waimiri Atroari é, no momento, o principal alvo deste governo genocida, como detentor de um grande potencial mineral.”

É hora também da sociedade brasileira se dar conta desse crime. Este povo vem sofrendo agressões de diversos tipos, desde a chegada dos primeiros europeus à região. E, desde 1944, se tornou o alvo principal da crueldade do governo brasileiro, em especial, dos governos submissos às empresas multinacionais de mineração. Já naquele ano de 1944, os Waimiri Atroari

destruíram uma expedição comandada por dois oficiais norte-americanos, na foz do rio Jacutinga que dá acesso direto às minas do Pitinga.

E, não por último, é hora de aparecer uma administração municipal em Presidente Figueiredo – a Terra das Cachoeiras, de tantas belezas naturais, devido ao trato comunitário e uso carinhoso milenar do povo Waimiri Atroari – que olhe com verdade e justiça e que qualifique, oficialmente, os fatos que originaram este município, por aquilo que foram, sem atenuantes, e renomeie o município, permitindo um novo relacionamento com este povo.

E, finalmente, era bom irmos à escola desse povo para “aprender e ensinar uma nova lição”. ♦



Carne e soja pressionam a Terra Indígena Karipuna

Aumento de 44% no desmatamento ameaça povo Karipuna e dificulta combate às mudanças climáticas

Por Greenpeace e Cimi

Monitoramento recente feito pelo povo Karipuna, o Greenpeace Brasil e pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) na Terra Indígena Karipuna, em Rondônia, identificou uma nova frente de desmatamento naquela região.

Uma incursão a campo encontrou 850 hectares de desmatamento ilegal nos últimos doze meses dentro da Terra Indígena – um aumento de 44% em relação ao período anterior. Por ali, foram encontradas áreas com mais de 100 hectares de corte raso. A grilagem de terras e a destruição em larga escala da floresta colocam em risco a sobrevivência do povo Karipuna – e dos povos que vivem em isolamento voluntário naquela região.

A produção de carne e soja pressiona as florestas daquela área: a pecuária cresceu 87% no município de Porto Velho nos últimos nove anos e o território voltado à produção de soja em Rondônia triplicou na última década, passando de 111 mil hectares para 400 mil hectares em 2020.

Nova frente

O rio Formoso – uma área que não concentrava atividades de grilagem, situada no sudeste do território indígena e mais distante dos grandes centros de exploração ilegal e predatória de Rondônia – começou



A região do rio Formoso registrou 65% do desmatamento verificado na Terra Indígena Karipuna no último ano

a apresentar números cada vez maiores de desmatamento. Anteriormente, o desmatamento aparecia mais no noroeste da Terra Indígena.

Entre agosto de 2020 e julho de 2021 a região do rio Formoso registrou 510,3 hectares desmatados – 65% do total de novos desmatamentos verificados no interior da Terra Indígena Karipuna no ano inteiro. Desse total, 94,7% – ou seja, 483,77 hectares – foram desmatados em 2021, entre janeiro e junho deste ano.

Ataque legislativo

A Terra Indígena Karipuna é um dos territórios gravemente prejudicados pela Lei Complementar 1089/2021, que aprovou a redução, em abril de 2021, da Reserva Extrativista Jaci-Paraná e do Parque Estadual Guajará-Mirim.

Essas duas áreas protegidas funcionavam como “escudos” que dificultavam a entrada de desmatadores dentro da TI Karipuna. Com a redução dessas áreas protegidas, por decisão do governador do Rondônia, Marcos Rocha (PSL) – que sancionou a lei em maio – o território do povo Karipuna ficou aberto para a entrada de grileiros e madeireiros que, impulsionados pela política anti-indígena e antiambientalista do Governo Bolsonaro, ameaçam a integridade física,

cultural e territorial dos Karipuna e dos povos isolados que circulam naquela área.

Na ocasião, a Reserva Extrativista Jaci-Paraná perdeu 168 mil hectares (quase 90% de seu território) e o Parque Estadual Guajará-Mirim perdeu 55 mil hectares. O ataque legislativo contra as áreas protegidas de Rondônia continua: em setembro, uma nova lei de zoneamento ecológico foi aprovada pelos deputados, abrindo diversas terras para a criação de gado e a plantação de soja.

Crise climática

Líder do povo Karipuna, Adriano Karipuna disse que as autoridades precisam viabilizar meios de proteger o território: “O monitoramento da floresta, feito por nós junto aos parceiros, nos ajuda a entender o que acontece dentro de nossa terra e é fundamental para denunciar atividades ilegais. O Estado deve implementar um plano de proteção permanente para nosso território, com o objetivo de acabar com as invasões e o roubo de madeira de nossa floresta”.

A missionária do Cimi Rondônia, Laura Vicuña, contou que a destruição verificada no chão da floresta guarda relação muito próxima com as grandes discussões globais, como o enfrentamento das mudanças climáticas.

“A crise climática começa aqui, com territórios indígenas sendo saqueados, povos indígenas sendo atacados enquanto um governo negligente e conivente não cumpre seu papel para proteger nosso povo e recursos naturais. Para mitigar os impactos da emergência climática, os governos deveriam aumentar as terras protegidas em vez de reduzi-las”, disse Laura, que acumula mais de 20 anos de trabalho junto aos povos indígenas.

Invasão e destruição

Coordenador do Projeto Todos os Olhos na Amazônia, do Greenpeace Brasil, Oliver Salge disse que o Brasil ‘fecha os olhos’ para os criminosos ambientais: “Enquanto o mundo busca desesperadamente soluções para a crise climática na COP 26, o Brasil faz exatamente o contrário e permite que criminosos invadam áreas protegidas e destruam a casa dos povos indígenas”.

A Terra Indígena Karipuna possui 152 mil hectares e está situada a 100 quilômetros de Porto Velho, capital de Rondônia. Ela é cercada por fazendas e vem sendo invadida e desmatada desde 2015 – mais de 5 mil hectares de florestas já foram destruídos nos últimos seis anos. ♦



A região do rio Formoso registrou 65% do desmatamento verificado na Terra Indígena Karipuna no último ano



Foto: Adi Spezia



Foto: Verônica Holanda

Manifestação em frente ao Ministério da Educação



“A educação superior é um direito e não deve ser abordado como privilégio de poucos”,

afirmam estudantes indígenas e quilombolas mobilizados no I Fórum de Educação Superior

“Permanecer é Preciso”: por cinco dias, cerca de 700 estudantes debateram sobre os desafios do acesso e permanência de quilombolas e indígenas no ensino superior brasileiro

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

Na conjuntura de retirada de direitos e frente as dificuldades de permanência nas universidades, estudantes indígenas e quilombolas se mobilizaram e realizam, de 4 a 8 de outubro, o “I Fórum Nacional de Educação Superior Indígena e Quilombola – FNESIQ”, que esteve organizado em forma de acampamento, instalado no espaço da Fundação Nacional de Artes (Funarte), na Capital Federal.

“A educação superior é um direito constitucional e não deve ser abordado como privilégio de poucos. Precisamos debater sobre a universidade, o ensino, a pesquisa e a extensão com a nossa cara, com a diversidade do povo quilombola e indígena”, destaca Teo Guajajara, diretor executivo da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Os desafios e perspectivas da educação pública estiveram no centro das discussões do encontro que reuniu entorno de 700 estudantes de todos os estados para debater o tema “Os desafios do acesso e permanência de quilombolas e indígenas no ensino superior brasileiro”. “Permanecer é preciso”, destacou a baixa do evento, exposta no acampamento.

Arlindo Baré, representando o Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (ENEI), destacou a importância do Fórum, da mobilização permanente diante da escalada de retrocessos, inclusive na Educação Pública. “Os estudantes que aqui estão é porquê entenderam o chamado, que o tema é importante. Dando sequência às manifestações dos acampamentos ‘Levante Pela Terra’ e ‘Luta Pela Vida’, em seguida à II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, agora chegou a hora da juventude mostrar sua força e somar nessa luta”, assegura Arlindo Baré.

O momento histórico foi destacado pelo secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Antônio Eduardo Cerqueira. “Os povos indígenas e os povos negros são a maioria da população brasileira, então imagine a perspectiva em que se constrói essa articulação entre os povos, imagine a perspectiva dessa luta. Só tem uma palavra, esperança. É o Brasil que está se levantando, é o Brasil que está lutando”, destacou Eduardo, durante a abertura do Fórum.

A educação é a luta que une a flecha e a caneta, e também, o maracá com o atabaque. Izabel Garcia, do



Foto: Regis Guajajara – Midia Índia Oficial

“Os povos indígenas e os povos negros são a maioria da população brasileira, então imagine a perspectiva em que se constrói essa articulação entre os povos, imagine a perspectiva dessa luta. Só tem uma palavra, esperança. É o Brasil que está se levantando, é o Brasil que está lutando”

Movimento Negro Unificado (MNU), destacou a resistência e a participação do povo negro na Universidade. “Sempre estivemos na luta pelas políticas públicas, principalmente nas políticas de Educação. Não podemos parar, nós somos resistência, nós somos quilombo, somos parte desse povo brasileiro”, reafirma Izabel.

Bolsa permanência

A luta é para garantir a bolsa permanência dos estudantes e uma educação básica de qualidade que atenda todos os povos, essa é a principal pauta frente a falta de apoio e reconhecimento que os indígenas e quilombolas têm dentro da universidade. Além do desrespeito para com os direitos adquiridos e a invisibilidade da luta desses povos.

“Essa luta e resistência não devem recuar. A universidade tem cara de mulher preta, indígena, periférica, da universidade pública que é sucateada 24 horas, e que no seio dela quer abarcar os povos indígenas e quilombolas. Não adianta nós militantes, ativistas da educação defendermos a universidade pública sem antes defender os povos indígenas e quilombolas”, lembra Tel Guajajara, diretor executivo da União Nacional

Foto: Matheus Alves/Jornalistas Livres



Foto: Matheus Alves/Jornalistas Livres



Manifestação em frente ao Ministério da Educação

Foto: Adl Spezia



Manifestação em frente ao Ministério da Economia

“A educação superior é um direito constitucional e não deve ser abordado como privilégio de poucos. Precisamos debater sobre a universidade, o ensino, a pesquisa e a extensão com a nossa cara, com a diversidade do povo quilombola e indígena”

dos Estudantes (UNE). Além do acesso à universidade, é preciso pensar na permanência desses estudantes, é isso que o Fórum busca, reforça o estudante.

Por sua vez, Paulino Montejo, assessor político parlamentar da Apib, destacou o embrião da luta pela educação pública e as políticas indigenistas. “Há mais de 30 anos temos dito, índios e negros são irmãos de mesma história, de mesma luta. Seguimos, homens e mulheres, sempre com a testa erguida jamais nos dobraremos a qualquer domínio político ideológico das oligarquias, que historicamente quiseram sumir conosco, nos massacrar, inclusive como tem sido agora durante a pandemia. Vamos mudar essa história”, finaliza Montejo com um “fora Bolsonaro”, seguido pelos participantes do evento.

As ações do Fórum dão sequência às manifestações iniciadas desde junho desse ano, que reuniu cerca de 15 mil indígenas, de 176 povos indígenas, de todas as regiões do país, na luta por seus direitos e na resistência aos retrocessos impostos pela política anti-indígena.

A aula é no MEC: estudantes indígenas e quilombolas realizam atos pelo direito de estudar

Com rituais e cantos tradicionais, os cerca de 700 estudantes indígenas e quilombolas marcharam pela Esplanada dos Ministérios, com intervenções no Ministério da Educação (MEC), Ministério da Economia, Palácio do Planalto e no Congresso Nacional, pelo direito de estudar.

A antipolítica do atual governo tem afetado o acesso e permanência de alunos de baixa renda na Universidade, ainda mais quilombolas e indígenas. Com faixas e cartazes, os estudantes de 54 universidades públicas e privadas cobraram “Permanência já” e “Fora Bolsonaro”, e reafirmaram “Conhecimento não se corta”, “Universidade é território indígena”, “Quilombo Resiste”, “Não vai ter corte, vai ter luta”.

Ao chegar no MEC, os estudantes se organizaram para realizar um aulão sobre o ingresso e permanência na universidade, além de apresentarem suas pesquisas acadêmicas, reafirmando a importância de levar seus conhecimentos tradicionais para as universidades. Além disso, eles esperavam ser recebidos pela equipe ministerial para tratar do acesso e permanência de indígenas e quilombolas no ensino superior brasileiro. Porém, foram negados não apenas a recepção, mas também o acesso à



Foto: Siene Paulino

energia elétrica e aos banheiros do ministério, precisando dar prosseguimento ao aulão com o uso de megafone.

Não sendo recebidos no MEC, finalizaram as apresentações de seus trabalhos e marcharam ao Palácio do Planalto para cobrar respostas para os cortes na educação. De 2018 a 2021, a Bolsa Permanência teve um corte superior a 50%. Assim, dos 22 mil estudantes atendidos em todo país, apenas 10 mil seguem tendo acesso ao programa.

“A nossa permanência é um direito. Historicamente, nossos direitos são negados pelos governos. Esse desgoverno não investe em educação, ele não tem interesse em investir na educação. O Ministro não dialoga com a gente, então se eles colocam a imposição, nós colocamos a luta. Não vamos desistir dos nossos direitos”, destaca Charlene Bandeira, uma das coordenadoras do I Fórum Nacional de Educação Superior Indígena e Quilombola.

Após pressão dos estudantes, oito representantes quilombolas e indígenas foram recebidos no Palácio do Planalto pelo secretário adjunto, diretora e assessores da Secretaria de Articulação Social. Enquanto isso, o grupo deu prosseguimento ao aulão na Praça dos Três Poderes, falando sobre literatura indígena e quilombola. Esse aulão foi realizado conforme a cultura oral de ambos os povos, com histórias sendo contadas.

“Ubuntu! Eu sou, porque somos”, disse Bel Farias Quilombola durante o aulão sobre literatura quilombola. Bel é professora e atua junto aos quilombos no Mato Grosso. Elizeu Xum Xum Quilombola destacou a vivência do povo negro falando sobre literatura quilombola. “Como os indígenas não se sujeitaram à escravidão, os negros foram trazidos à força para o Brasil. Nossos cantos e danças serviam de comunicação para as fugas, servem para luta”, contou o ancião quilombola.

O aulão foi encerrado assim que a audiência foi concluída no Palácio do Planalto, sendo que a proposta apresentada não foi satisfatória na avaliação dos estudantes. Até o momento, a equipe ministerial do MEC não procurou o Ministério da Economia para dialogar sobre a permanência estudantil. Em audiência pública na Câmara dos Deputados, realizada na terça-feira (5), Edimilson Costa Silva, representando o Ministério da Educação, afirmou que não houve aumento na oferta de vagas por falta de recursos no orçamento para o programa.

“A nossa proposta é chegar no Ministério da Economia e tentar um diálogo com eles para poder, inclusive, forçar o MEC a participar dessa conversa. Temos que forçar quem tem o dinheiro, e quem tem o dinheiro é a Economia, como mesmo já afirmaram. Se o MEC não sabe pedir, a gente sabe”, afirmou Kâhu Pataxó, um dos coordenadores do I Fórum Nacional de Educação Superior Indígena e Quilombola.

Em marcha, os estudantes seguiram ao Ministério da Economia, onde permaneceram por quatro horas com cantos, rodas de capoeira e samba. Realizam o protocolo com pedido de audiência e permanecem com a promessa de serem recebidos pela equipe ministerial. Sem respostas do Ministério da Educação ou do Ministério da Economia, eles retornaram ao acampamento instalado na Funarte, em Brasília, onde seguem com a programação do evento. Os estudantes afirmam seguir mobilizados pelo acesso e permanência nas universidades.

“A nossa atuação se faz de forma política-científica, a nossa atuação dentro da universidade muda a lógica de produção de conhecimento, e é isso que esse governo não quer. Eles gostam de quem fala dos outros, na terceira pessoa, e nós falamos por nós mesmos. Hoje viemos aqui dizer que falamos por nós mesmos, que queremos nossa permanência já para estudantes indígenas e quilombolas. Cota não é esmola”, concluiu Charlene. ♦

Povo Krenak ainda sente impactos das violações praticadas na Ditadura Militar

A União, a Funai e o governo de Minas Gerais foram condenados pelas violações; a Funai deverá também demarcar a TI Sete Salões, área sagrada para os Krenak

Por **Marina Oliveira**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

“Foi um período muito triste, um momento a ser esquecido. Mas não há como, as marcas desse processo de destruição, ou de tentativa de destruição, ainda estão muito presentes em nosso povo. Principalmente diante da atual conjuntura, sobretudo política, onde a gente vê um regresso a esse período tão truculento e bruto aos povos indígenas”. Nessas palavras, Geovani Krenak, liderança Krenak e vereador de Resplendor (MG), descreveu as memórias que seu povo ainda guarda do drástico período da ditadura militar.

Segundo Geovani, o povo Krenak chegou à beira da “extinção” nessa época, quando crianças, mulheres, homens e anciãos foram brutalmente torturados e assassinados por militares. Entre 1969 e 1972, eles foram levados à força para o reformatório Krenak e, posteriormente, para a Fazenda Guarani – que o sucedeu –, ambos em Minas Gerais. Esses “campos de concentração” foram criados pelo Estado brasileiro para confinar indígenas de todas as regiões do país e, assim, facilitar o esbulho das terras indígenas (TIs).

De acordo com o capítulo Violações de Direitos Humanos dos Povos Indígenas, do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), o general Oscar Geronimo Bandeira de Melo, presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) entre 1970 e 1974, é apontado como criador do reformatório Krenak. O documento apresenta o general como responsável por manter o local como “instalação prisional pela Funai e local de tortura, morte e desaparecimento forçado de indígenas”.

Apesar de não aparecer na lista dos autores de violações ocorridas no reformatório Krenak, no relatório final da CNV – o que foi muito criticado pelos defensores dos direitos humanos –, Manoel Pinheiro, capitão da Polícia Militar de Minas Gerais, é citado em um trecho do relatório como responsável direto pelo espaço. Além disso, Pinheiro foi um dos militares que comandaram indígenas recrutados para a Guarda Rural Indígena (Grin), unidade que foi treinada em técnicas de repressão e tortura.

No documento da CNV, também é possível encontrar informações sobre as detenções ilegais feitas à época, denunciadas no Tribunal Russel II. O tribunal foi criado, na década de 1970, com o objetivo de analisar denúncias e provas de crimes cometidos pelas ditaduras na América Latina. Entre os materiais estudados, estavam os depoimentos do povo Krenak e também os de outras etnias.

“(…) Com base na documentação reunida, [a CNV] reconhece, no Reformatório Krenak e na Fazenda Guarani (que o sucedeu), a sua abrangência nacional quanto à função de prisão de índios rebeldes, encarcerando indígenas de 23 etnias. Ademais, especificamente para a população Krenak, obrigada a viver sob as mesmas condições de índios presos em suas terras, o reformatório assume um caráter de ‘campo de concentração’, conforme denunciado no Tribunal Russel II, ou ‘prisão domiciliar’, como descrito no caso Aikewara. Os indícios levantados relacionam esse reformatório aos centros de tortura e, portanto, as investigações deverão ser aprofundadas pelo Estado brasileiro”, afirma um trecho do relatório.

Além das denúncias feitas no Tribunal Russel II, somam-se ao relatório da CNV informações levantadas



Famílias do povo Krenak na Fazenda Guarani, por volta da década de 1970

“A sentença tem duas questões muito importantes. A primeira diz respeito ao direito à memória, entender a necessidade de reparar as violações cometidas aos povos indígenas de todo o país, porque o reformatório recebeu povos das cinco regiões do Brasil. E a segunda é que a Justiça determinou a demarcação da TI Sete Salões, área sagrada para o povo Krenak, e que eles lutam há muito tempo para conquistá-la de volta”

em outras pesquisas relacionadas à temática, como o estudo A Ordem a se Preservar, do pesquisador José Gabriel Silveira Corrêa. Por meio de documentos disponibilizados no arquivo do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) – atual Funai –, Corrêa identificou o nome de 121 presos entre 1969 e 1979 no reformatório Krenak e na Fazenda Guarani. Alguns foram detidos mais de uma vez.

De acordo com levantamento feito pelo pesquisador, foram identificados pelo nome: 22 Karajá, 17 Terena, 13 Maxacali, 11 Pataxó, nove Krenak, oito Kadiwey, oito Xerente, seis Kaiowá, quatro Bororo, três Krahô, três Guarani, dois Pankaruru, dois Guajajara, dois Canela, dois Fulniô e um Kaingang, Urubu, Campa, Xavante, Xakriabá, Tupiniquim, Sateré-Mawé, Javé, além de um não identificado. No entanto, o número de indígenas presos no período da ditadura militar pode ter sido maior.

Uma das vítimas dos militares foi o avô de Geovani Krenak, retirado à força de seu território, próximo à Resplendor (MG). “Meu avô foi levado amarrado em um vagão de minério da Vale [mineradora] para Itabira (MG). De lá, seguiu para morrer no exílio [reformatório Krenak, seguido da Fazenda Guarani], onde prenderam grande parte do meu povo”, lamentou Geovani.

Em entrevista ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ele também falou sobre a violência sofrida pelo seu pai nessa mesma época, quando tinha apenas 12 anos de idade. “Meu pai foi amarrado num rabo de cavalo e arrastado pela aldeia pelo simples fato de não querer ir para a escola, porque o nosso povo gostava mesmo de

ficar no rio, pescando e nadando. Isso foi uma forma de os militares se imporem. Toda vez que meu pai lembrava essa história, ficava muito revoltado e emocionado”, recordou.

Decisão judicial

No dia 13 de setembro deste ano, a juíza Anna Cristina Rocha Gonçalves, da 14ª Vara Federal de Minas Gerais, em ação civil pública interposta pelo Ministério Público Federal (MPF), condenou a União, o estado de Minas Gerais e a Funai pela “prática de atos de violações de direitos dos povos”.

De acordo com a decisão, a União, o governo de Minas Gerais e a Funai terão que realizar, em um prazo de seis meses, “após consulta prévia às lideranças indígenas Krenak, cerimônia pública, com a presença de representantes das entidades réis, em nível federal e estadual, na qual serão reconhecidas as graves violações de direitos dos povos indígenas, seguida de pedido público de desculpas ao povo Krenak, com ampla divulgação junto aos meios de comunicação e canais oficiais das entidades réis”.

A Justiça também determinou que a Funai conclua o processo administrativo de delimitação da Terra Indígena (TI) Sete Salões (MG), considerada sagrada pelo povo Krenak. Além disso, a Funai e o governo de Minas Gerais deverão implementar, com a efetiva participação do povo Krenak, “ações e iniciativas voltadas ao registro, transmissão e ensino da língua Krenak, de forma a resgatar e preservar a memória e cultura do referido povo indígena, com a implantação e ampliação do Programa de Educação Escolar Indígena”.

Para a advogada Lethicia Reis, da assessoria jurídica do Cimi, a decisão da juíza é, no geral, “muito boa”. “A sentença tem duas questões muito importantes. A primeira diz respeito ao direito à memória, entender a necessidade de reparar as violações cometidas aos povos indígenas de todo o país, porque o reformatório recebeu povos das cinco regiões do Brasil. E a segunda é que a Justiça determinou a demarcação da TI Sete Salões, área sagrada para o povo Krenak, e que eles lutam há muito tempo para conquistá-la de volta”, explicou.

“Essa decisão é muito importante para reafirmar as consequências da ditadura militar para os povos indígenas. Ela tem um valor histórico muito grande, porque reforça como os povos indígenas foram atingidos neste período, o que, muitas vezes, é esquecido”, lembrou a advogada.

TI Sete Salões X marco temporal

Considerada sagrada para o povo Krenak, a TI Sete Salões é uma área que ainda precisa ser demarcada. Apesar de o povo ter conquistado a demarcação de uma parte de seu território de ocupação tradicional, essa área ainda não foi incluída e é reivindicada há anos pelos indígenas.

Atualmente, o povo Krenak possui apenas uma pequena área de 4 mil hectares regularizada pelo Estado, a TI Krenak, também em Resplendor (MG). Esta demarcação decorre de uma área reservada ainda na época do SPI, parte da política de redução e confinamento dos povos indígenas em pequenas reservas, como ocorreu em outros estados do país.

“A demarcação da TI Sete Salões, do território sagrado do povo Krenak, é um direito nosso. É nesse território que estão enterrados os principais líderes do nosso povo. É lá que estão os locais sagrados, como a gruta dos Sete Salões e a Pedra da Pintura, onde fazemos nossos rituais de fortalecimento”, desabafou Geovani Krenak.

De acordo com o texto da decisão, a Funai deverá “estabelecer ações de reparação ambiental das terras degradadas pertencentes aos Krenak, sem prejuízo da participação em medidas reparatórias que constem do acordo da União com as empresas Vale e Samarco e que tenham atingido os limites do território indígena”.

“Com as reparações ambientais”, explica Lethicia, “acontecerão novas manifestações religiosas e culturais, além da proteção efetiva do território. Ainda tem a questão de que a TI Sete Salões é uma reserva ambiental, um parque, e a juíza reconhece que são coisas diferentes. O local pode continuar sendo uma Unidade de Conservação (UC), mas tem que ser demarcada enquanto terra indígena”.

A advogada frisou, ainda, que essa decisão é apresentada em um período em que a Comissão Nacional da Verdade está “esvaziada”. “Vivemos tempos em que a ditadura militar é festejada pelo governo federal. Então, reconhecer que naquele período existiram violações gravíssimas contra os Krenak e contra outros povos indígenas, é importante para reconhecer a história dos povos indígenas do Brasil”.

A decisão da juíza coincide também com o momento histórico em que o Supremo Tribunal Federal (STF) julga o marco temporal, tese ruralista que desconsidera os direitos indígenas. A proposta, que é considerada inconstitucional, diz que os povos só teriam direito à demarcação das terras que estivessem em sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

A tese do marco temporal é defendida por empresários e setores econômicos que têm interesse em utilizar essas áreas para obter lucros por meio de atividades do garimpo, da mineração e do agronegócio.

O julgamento do STF foi suspenso por um pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes, no dia 15 de setembro. Antes dele, o ministro relator, Edson Fachin, rechaçou a tese do marco temporal, enquanto o ministro Nunes Marques votou a favor da tese ruralista.

Mas o que o caso dos Krenak tem a ver com o marco temporal? Em seu voto, Nunes Marques reconheceu que a tese do marco temporal propõe “anistiar oficialmente esbulhos ancestrais, ocorridos em épocas distantes, e já



Integrantes do povo Krenak protestam contra projeto de lei anti-indígena em Brasília

acomodados pelo tempo e pela própria dinâmica histórica”.

A remoção forçada dos Krenak de sua terra, na TI Sete Salões, apesar de ocorrida já no século XX, pode ser um desses “esbulhos ancestrais” anistiados caso a tese do marco temporal seja referendada pela Suprema Corte.

“A sentença da juíza Anna Cristina Gonçalves reconhece que até a Constituição de 1988 os povos indígenas não tinham condições de exercer seus direitos territoriais e culturais, de organização de vida. Ela traz à tona muitas das violações que o povo Krenak sofreu durante esse período e que só é possível ser reparado depois da Constituição. Ela reconhece também que a TI Sete Salões não estava ocupada nessa época justamente em razão de todas essas violências que os Krenak sofreram”, afirmou a advogada.

Mas, independentemente do resultado do julgamento do STF, Geovani Krenak promete continuar lutando ao lado de seu povo pelos “territórios sagrados”. “Temos o direito de fazer os nossos rituais nesses espaços. Não vemos outra forma de seguir, de fortalecer os nossos espíritos, se não mantermos algo milenar em relação à cultura, tradição e história do povo Krenak. No contrário, virão mais pandemias, mais enchentes e agravamento do clima”.

“Percebemos que esses conflitos ambientais ocorrem, porque não estão respeitando a cultura dos povos indígenas, o espírito da ‘Mãe Terra’. Então, para que haja um

“A demarcação da TI Sete Salões, do território sagrado do povo Krenak, é um direito nosso. É nesse território que estão enterrados os principais líderes do nosso povo. É lá que estão os locais sagrados, como a gruta dos Sete Salões e a Pedra da Pintura, onde fazemos nossos rituais de fortalecimento.”

Geovani Krenak



Povo Krenak às margens do Rio Doce

equilíbrio do planeta, é necessário que os territórios indígenas sejam demarcados e que a gente volte a praticar os rituais sagrados para manter o equilíbrio do planeta”, completou.

Portas abertas para novos desastres

A mineradora que cedeu vagões para transportar indígenas para os “campos de concentração” – reformatório Krenak e Fazenda Guarani –, entre eles o avô de Geovani Krenak, é a mesma que cometeu a maior catástrofe socioambiental do Brasil, no município mineiro de Mariana. No dia 5 de novembro de 2015, a barragem do Fundão, da empresa Samarco, de posse das

mineradoras Vale e BHP Billiton, foi rompida.

Apesar de saber da gravidade de levantar uma barragem na região, sem medidas eficazes de prevenção e consultas públicas, as mineradoras arriscaram e, criminosamente, afundaram lama abaixo a vida das pessoas, o Rio Doce (MG), os animais e toda a vegetação local. Quase seis anos após o crime, os responsáveis pela tragédia seguem impunes e ainda há reparos sociais e ambientais em pendência.

Desde que ocorreu a catástrofe, os Krenak não têm mais nenhuma relação com o Uatu, como é chamado o Rio Doce pelo povo. “Como se não bastassem as mortes que aconteceram ao longo desse contato de enfrentamento com a implementação dessa empresa, ainda tem as questões ambiental, espiritual, cultural e cosmológica do povo Krenak. Desde a criação do reformatório, a gente enxergava o rio como algo que nos protegia, que sempre manteve vivo o povo Krenak, tanto pela questão alimentar quanto pela questão espiritual. Hoje a gente tem medo de algo que sempre nos protegeu”, disse Geovani.

Ao replicar o repertório de ruralistas e defensores do agronegócio, em seu voto no caso de repercussão geral do STF, o ministro Nunes Marques propõe anistiar todo o processo histórico de violência contra os povos indígenas e, assim, permite a abertura de portas para novos desastres socioambientais, como o da barragem do Fundão.

“Essa questão de como o rompimento pode se relacionar com o marco temporal vem no sentido primeiro do cuidado da posse sustentável que as comunidades indígenas têm em seus territórios. Estamos em um momento da mineração em que os territórios tradicionais são vistos como a última fronteira mineral, porque a área onde a mineração existe há um tempo já está desgastada e não produz mais minérios como antigamente. E onde falta explorar é justamente onde há terras indígenas e territórios tradicionais”, explica a advogada Lethicia.

“Garantir a posse e o usufruto indígena de uma área dificulta que ali se instale um empreendimento irresponsável em relação ao meio ambiente, aos povos indígenas, aos trabalhadores e às pessoas que vivem ao redor. Por isso, a necessidade de garantir os territórios indígenas também é uma forma de garantir que aqueles empreendimentos serão feitos com mais cuidado, que é justamente o que não aconteceu no caso do rompimento do Rio Doce”, concluiu.

Infelizmente, até hoje as comunidades locais, como os próprios Krenak, são atingidas pelos impactos dessa tragédia. À nossa equipe, Geovani afirmou que o povo Krenak ainda sente dificuldade para manter “questões mínimas”, como a água, a alimentação e até mesmo financeira, já que dependiam dos peixes do rio.

No entanto, a liderança disse que o maior problema é não poder mais se relacionar com o “Uatu” como antigamente. “Sem sombra de dúvidas, o pior é não poder praticar os rituais sagrados. Esse é, de longe, o pior enfrentamento do povo Krenak. O ritual sagrado mantém não só o equilíbrio da nossa comunidade. A gente acreditava que mantinha o equilíbrio no universo. Era assim que víamos os rituais sagrados que ocorriam nas águas do Uatu”. ♦

Os indígenas tinham razão quando pediam cassação de Bolsonaro em 1998

Naquele ano, Bolsonaro já declarava publicamente o seu sentimento favorável ao extermínio dos povos originários

Por Hellen Loures, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Jair Bolsonaro não é “digno de representar o povo brasileiro por incentivar crimes de genocídio e discriminação racial”, disse o Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – Capoib, em 1998, em documento entregue ao presidente da Câmara dos Deputados que solicitava a cassação do então deputado Jair Bolsonaro (PPS-RJ). Mais de duas décadas se passaram e as investidas de Bolsonaro contra os povos originários ainda são as mesmas, na verdade, piores, pois agora ele ocupa a presidência de República, autoridade máxima do Executivo, e atenta publicamente contra a vida dos indígenas.

Em reportagem publicada no Correio Braziliense em 1998, intitulada “A igreja investiga”, Bolsonaro declarou ter sido uma “pena que a cavalaria brasileira não tenha sido tão eficiente quanto a americana, que exterminou seus índios”, deixando claro o seu sentimento favorável ao extermínio. O texto também tornou público o descontentamento dos militares com as ações missionárias realizadas pelo Cimi, por “impedir” o governo brasileiro de “cumprir a verdadeira política indigenista no país” de “integrar os silvícolas, progressivamente e harmoniosamente, à comunhão nacional”.

Naquela época, Bolsonaro era integrado a bancada anti-indígena no Congresso Nacional e autor de uma proposta de Decreto Legislativo que pedia a anulação de demarcação da Área Indígena Yanomami, homologada em 1992. No ano anterior, inspirada nesta proposta, a Confederação dos Integrantes e Beneficiários das Forças Armadas e Auxiliares (Cofamil) impetrou uma ação direta de inconstitucionalidade junto aos Supremo Tribunal Federal contra a criação da Área Indígena Yanomami.

Após mais de 20 anos, a situação de vulnerabilidade que os Yanomami vivem em decorrência da ausência do Estado é alarmante e soma-se a crescente presença hostil de garimpeiros ilegais no território – periodicamente incentivados pelo presidente da República -, sustentados pela inércia do Estado brasileiro, omissos de suas responsabilidades constitucionais e das decisões da Justiça.

A situação dos Yanomamis, assim como a de todos os povos indígenas brasileiros, pode inclusive ser agravada por medidas como o marco temporal, projeto que aguarda conclusão de votação no STF e que é defendido abertamente pelo governo de Jair Bolsonaro. A tese ruralista, considerada inconstitucional, restringe os direitos indígenas e determina que os povos originários só teriam direito à demarcação das terras que estivessem em sua



Encontro Yanomami em frente à maloca Watoriki, em 2018

posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. Essa interpretação é defendida por empresas e setores econômicos que têm interesse em explorar e se apropriar das terras indígenas.

Realidade Yanomami

Nos dois primeiros anos do governo de Bolsonaro (2019 e 2020), pelo menos 24 crianças Yanomami com menos de 5 anos morreram por desnutrição, de acordo com dados obtidos pela Agência Pública na Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI). Para se ter uma ideia, em 2019, foram 91 mortes de crianças Yanomamis de 0 a 5 anos, de acordo com o Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2019, do Cimi.

No mesmo ano, o presidente defendeu, em live publicada no Facebook, que as Terras Indígenas devem ser abertas à mineração e à monocultura extensiva, alegando que os índios são “pobres em território rico”. Na ocasião, Bolsonaro defendeu o garimpo, dizendo inclusive que ele próprio já foi garimpeiro. Mensagem que outorga os mais de 20 mil garimpeiros que atualmente invadem a Terra Indígena Yanomami, contaminando o solo, os peixes e a água com mercúrio, e causando inúmeras mortes direta ou indiretamente. Processo de extermínio que se assemelha

a maior invasão da Terra Indígena Yanomami ocorrida nas décadas de 1980 e 1990, após a grande corrida do ouro, quando mais de 40 mil garimpeiros invadiram a floresta Yanomami e 20% da população Yanomami morreu em decorrência de epidemias e conflitos.

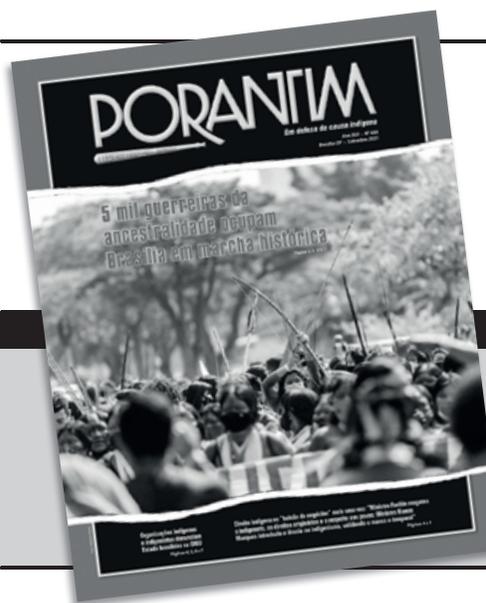
Em outubro de 2021, dois meninos, de 05 e 07 anos, brincavam no rio que banha a comunidade Macuxi Yano, região do rio Parima, próximo à balsa de garimpo instalada no local, quando foram sugados pela draga do garimpo, cuspidos para o meio do rio e levada pelas correntezas. “A morte das duas crianças Yanomami é mais um triste resultado da presença do garimpo na Terra Indígena Yanomami (TIY), que segue invadida por mais de 20 mil garimpeiros”, diz a nota da Hutukara Associação Yanomami sobre o acidente fatal.

A nota traz dados estatísticos em relação a dezembro de 2020, mostrando que a floresta degradada aumentou em 118,96 hectares. Significa que mais 53% da floresta foi derrubada em menos de um ano na região. Significa, também, que as comunidades próximas da instalação do garimpo estão mais vulneráveis às ações dos garimpeiros pelo aumento do número de pessoas que vem ali se instalando para desenvolver o garimpo, bem como atividades de suporte a ele, o que remete, mais uma vez, ao aumento da vulnerabilidade dos Yanomami frente aos garimpeiros. ♦

Assine o
PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
Banco Bradesco – Ag.: 0606 – C/C: 144.473-5
Envie cópia do depósito por e-mail ou correios
SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul
Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655
SKYPE: Adm Jornal Porantim
www.cimi.org.br

Ass. anual: **R\$ 80**
Ass. dois anos: **R\$ 130**
América Latina: **US\$ 55**
Outros países: **US\$ 90**

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Genocídio indígena é minimizado em relatório final da CPI da Pandemia

Por **Hellen Loures**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

A Covid-19 já matou 1.218 indígenas, deixando nas comunidades tradicionais o rastro do conjunto de agressões e negligências do governo federal. Questões que apontam para a ocorrência do crime de genocídio e que exigem a responsabilização dos respectivos culpados. Para tanto, veio o relatório da CPI, como o resultado de mais de seis meses de trabalho, centenas de horas de depoimentos e milhares de documentos que tentavam esclarecer como se deu a resposta do governo brasileiro à pandemia. O texto do relatório final da CPI, entretanto, retirou as acusações relativas aos crimes de homicídio qualificado e genocídio contra indígena, pois dividia o grupo de senadores que coordenava os trabalhos, conhecido como G7.

A forma como o governo federal conduziu a política indigenista, todavia, se mostrou oportuna a destruir total ou parcialmente as comunidades indígenas, bem como a causar intenso sofrimento aos povos originários. Prova disso foi, por exemplo, o veto do presidente a 14 dispositivos da Lei 14.021/2020. Entre as medidas aprovadas pelo Congresso Nacional e derrubadas por Bolsonaro estavam a obrigação de o governo fornecer água potável, higiene e leitos hospitalares a indígenas. Os povos originários ficaram então expostos e submetidos a condições de completa ou precária assistência, mas o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, entretanto, seguiu sem a acusação principal de genocídio e foi aprovado, no dia 26 de novembro, por 7 votos a 4.

Na véspera da apresentação do relatório final da CPI da Pandemia, a deputada Joenia Wapichana (Rede/RR), como coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas (FPMDDPI), e um grupo de parlamentares e indigenistas, entre eles o Cimi, entregaram ao presidente da comissão, Omar Aziz (PSD/AM), um dossiê apresentando casos sobre ações do Executivo que expuseram populações tradicionais a riscos de contágio pelo novo coronavírus, além das inúmeras situações de omissões do governo no enfrentamento da pandemia.

Vale ressaltar que, diante do contexto indígena, o governo federal tinha conhecimento da vulnerabilidade histórica dos povos originários a epidemias, mas, a morosidade dos atos do governo federal permitiu que o vírus se alastrasse pelos territórios. E, quando o governo federal decidiu agir, pressionado pelo Supremo Tribunal Federal, ao invés de criar mecanismos para frear as invasões ilegais e criminosas, por exemplo, se baseou em informações falsas (fake news) e distribuiu kit Covid aos indígenas que, desde o início das políticas de confinamento, receberam uma quantidade excessiva de medicamentos sem comprovação de eficácia contra o novo coronavírus.

O relatório da CPI, de 1.299 páginas, todavia, ignorou os dados presentes no dossiê - que comprovam o genocídio indígena - e apontou para o indiciamento do presidente Jair Bolsonaro por outros nove crimes (menos o de genocídio), são eles: epidemia com resultado morte, infração de medida sanitária preventiva, charlatanismo, incitação ao crime, falsificação de documento particular, emprego irregular de verbas públicas, prevaricação, crimes contra a humanidade, nas modalidades extermínio, perseguição e outros atos desumanos, violação de direito social e incompatibilidade com dignidade, honra e decoro do cargo.

Agora, na prática, o aprofundamento das investigações e o eventual oferecimento de denúncia dependem de outras instituições, já que a CPI não tem caráter punitivo, por se tratar de um tribunal político, e pode apenas recomendar indiciamentos. Como Bolsonaro é uma autoridade com foro privilegiado, cabe à Procuradoria-Geral da República (PGR) analisar e realizar o indiciamento. Ainda pode acontecer o



Foto Matheus Alves

compartilhamento das investigações realizadas pela CPI ao Ministério Público que fará o indiciamento dos citados. E, caso seja identificado crimes de responsabilidade contra Bolsonaro, o presidente Arthur Lira (PP-AL) avalia se irá pautar a Câmara dos Deputados para a abertura do processo de impeachment.

O Genocídio

O presidente da República é constantemente pressionado por entidades de defesa dos direitos dos povos originários por protagonizar um genocídio contra os povos indígenas, em especial, no contexto da pandemia. É clara e evidente a violação sistemática, pelo governo federal, dos direitos dos povos originários consagrados tanto na Constituição quanto em tratados internacionais assinados pelo Brasil, como a Convenção 169 da OIT e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e Tribais.

Em 2019, Jair Bolsonaro foi denunciado perante o Tribunal Penal Internacional (TPI) por “crimes contra a humanidade” e “incitação ao genocídio de povos indígenas” do Brasil. O pedido foi protocolado pelo Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos e a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns para investigar as ações do atual governo que ameaçam a sobrevivência da população indígena. O TPI, em Haia, atua desde 2002 como primeiro tribunal permanente encarregado de julgar autores de genocídios, crimes contra a humanidade e crimes de guerra.

No dia 11 de julho de 2020, em referência à abstenção do governo federal no combate à pandemia, quando o país estava prestes a completar dois meses sem ter um ministro interino no Ministério da Saúde e ultrapassava 71,5 mil mortes por conta da doença - segundo boletim do consórcio de veículos de imprensa -, Gilmar Mendes afirmou em uma live que, se o objetivo de manter um militar à frente da Pasta é tirar o protagonismo do governo federal na crise, “o Exército está se associando a esse genocídio”.

Ainda em julho daquele ano, em evento do Instituto Brasileiro de Direito Público, o Ministro do STF voltou a utilizar a palavra genocídio para se referir às omissões do governo federal sobre os povos indígenas. Além disso, o

Ministro Luís Roberto Barroso também usou o termo, em mais de uma ocasião, para se referir às ações do presidente da República, que ataca sistematicamente os direitos dos povos originários consagrados na Constituição de 1988.

Também em 2020, Jair Bolsonaro vetou da Lei 14.021/2020 - Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígena - o acesso universal à água potável, a distribuição gratuita de materiais de higiene, a oferta emergencial de leitos hospitalares e de unidade de terapia intensiva e a aquisição de ventiladores e máquinas de oxigenação sanguínea. Pontos cruciais para a garantia de sobrevivência dos povos indígenas no contexto da pandemia.

Dadas as ações do governo federal no trato à pandemia, especificamente àquelas destinadas à proteção dos povos indígenas e da crise institucional produzida, a utilização da palavra genocídio não parece ser inadequada. De acordo com o artigo 6º do Estatuto de Roma, o qual o Brasil é signatário, entende-se por genocídio, qualquer ato cometido com a intenção de destruir parcial ou totalmente um grupo devido a suas características, sejam elas nacional, étnico, racial ou religioso, atingindo os membros de um determinado grupo por meio de ofensa física ou mental, ou impor uma determinada condição ao grupo com a finalidade de provocar a destruição deste, ou mesmo impedir novos nascimentos. Destaca-se aqui a intencionalidade do autor como requisito para a tipificação dos seus atos, demandando provas da intenção.

“A partir da política de integração dos povos indígenas, portanto uma política intencional, o Governo Federal tem feito [por exemplo] a distribuição de medicamentos não comprovados cientificamente como a hidroxicloroquina e a ivermectina aos povos indígenas para o tratamento da covid-19, isso leva a um processo de genocídio, principalmente às populações de pouco contato”, destacou o secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionários (Cimi), Antônio Eduardo Cerqueira em reunião para entrega de Dossiê ao presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, senador Omar Aziz (PSD-AM), sobre a disseminação da covid-19 entre os povos indígenas. ♦

À CPI, indígenas cobraram investigação do governo federal por genocídio, na disseminação da covid-19 entre os povos

Por **Adi Spezia e Lígia Kloster Apel**, Assessoria de Comunicação do Cimi

“Que os fatos sejam incluídos nas investigações da pandemia, que a investigação seja abrangente para envolver todos os agentes do Estado que deram causa ao novo extermínio dos povos indígenas no Estado do Amazonas e em todo o Brasil, no âmbito da União, em particular o Presidente da República, o Ministro da Saúde, sem prejuízo dos demais e que sejam apuradas todas as responsabilidades e encaminhadas aos órgãos competentes para a fim de que sejam promovidas as ações cabíveis para responsabilização criminal e administrativa dos agentes”.

Assim pediu o Dossiê sobre a disseminação da covid-19 entre os povos indígenas do Amazonas e região entregue presencialmente no dia 19 de outubro, ao presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, senador Omar Aziz (PSD-AM), pela Frente Amazônica de Mobilização em Defesa dos Direitos Indígenas (FAMDDI), Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas e organizações indigenistas, entre elas o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Além da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Amazonas (SJPAM) e da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (Adua). O Dossiê já havia sido enviado à CPI, virtualmente, em maio deste ano.

O relatório apresentou sérias denúncias de violações de direitos com depoimentos sobre o drama que a pandemia trouxe aos povos indígenas agravado pelo descaso, negligência e preconceito no atendimento aos indígenas.

Durante a reunião, as entidades cobraram que a investigação envolvesse todos os agentes públicos que deram causa ao novo extermínio dos povos indígenas no Amazonas e em todo Brasil, e também exigiram que fossem apuradas as devidas responsabilidades e encaminhado aos órgãos competentes.

Omar Aziz prometeu apurar os casos de covid-19 entre os indígenas do Amazonas e de todo o país, mas não deu garantias de que o crime de genocídio seria incluído no relatório final da CPI da pandemia, e não foi.

A FAMDDI, frente que reúne organizações indígenas e indigenistas da Amazônia, pediram que “a investigação fosse abrangente para envolver todos os agentes de Estado que deram causa ao novo extermínio dos povos indígenas no Estado do Amazonas e em todo o Brasil, no âmbito da União, em particular o presidente da república e o ministro da saúde”. Também cobrou que as responsabilidades fossem apuradas a fim de promover as ações para responsabilização criminal e administrativa desses agentes.

Joenia Wapichana (Rede-RR), coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas, destacou que muitas vezes há uma confusão na interpretação da leitura, mas a gente tem que pegar na parte técnica. E o Estatuto de Roma, que justamente estabeleceu a Corte Penal Internacional, conhecida como Tribunal Penal Internacional (TPI), fala assim.

“O crime de genocídio, para efeito de entender como genocídio, qualquer um dos atos que praticado com a intenção de destruir o todo, ou em parte, grupo nacional étnico – no caso dos povos indígenas -, racial ou religiosos enquanto tal. Listo três: homicídio de membros de grupos; ofensas graves à integridade física ou mental dos membros; sujeição intencional do grupo em condições de vida com vista a provocar a destruição intrínseca total”, destacou a parlamentar que conhece muito bem a área do direito internacional da questão indígena. “O tema daria para fazer um seminário para discutir, mas existe uma intenção clara”, completou Joenia.

Interrompida por diversas vezes, Joenia destacou a “pressão muito grande para tirar a configuração de genocídio do relatório da CPI, mas todas as informações claras, nesse sentido, foram encaminhadas à Comissão tanto pela Frente



Reunião com o presidente da CPI da pandemia, senador Omar Aziz para a entrega do Dossiê da FAMDDI

Parlamentar Indígena quando agora no Dossiê da Frente Amazônia de Mobilização em Defesa dos Direitos Indígenas”.

O vice-coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas, José Ricardo (PT-AM), reforçou a importância do Dossiê organizado pela FAMDDI compor o relatório final da CPI. “Esse relatório da FAMDDI é muito grave. São mais de mil indígenas mortos e milhares que ainda sofrem as consequências da covid, com a falta de assistência, falta de segurança e isolamento por parte do poder público. Nesse documento, há relatos de várias situações graves envolvendo os povos da região Amazônica, que a FAMDDI chega a chamar de tentativa de extermínio. Não podemos ficar calados frente a esses descasos e cobramos responsabilizações”.

Relatos registrados no Dossiê

O Seminário Virtual “Violação dos Direitos e Genocídio no Amazonas” trouxe diversos relatos com dados estatísticos e depoimentos surpreendentes e reveladores de descaso, negligência e omissão, frutos do preconceito e da política indigenista assumida pelo atual governo. Tais relatos foram registrados e dão sustentação ao Dossiê, que traz uma série de relatos e depoimentos de lideranças indígenas denunciando estar em curso uma política de extermínio dos povos indígenas, implementada pelo governo federal, que faz uso da pandemia para incentivar as invasões e exploração dos territórios indígenas. Por questões de segurança, os nomes das lideranças foram omitidos.

A liderança Yanomami da Associação Yanomami Kurikama da região do rio Negro (AM), conta que toda sua aldeia está doente, ou por Covi-19 ou de malária, e fala do descaso da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e da invasão de garimpeiros no território. “A nossa saúde não está bem. A Sesai tá devagar. Por isso tá cheio de malária. Todos na comunidade estão doentes. Hoje temos Covid 19. Já pegamos... Já morremos... Precisamos acabar... Precisamos vacinar...”, relata, denunciando que a invasão de garimpeiros na Terra Indígena Yanomami está chegando na parte da TI que fica no estado do Amazonas. Segundo o relatório, “A invasão massiva de garimpeiros na TI Yanomami significa um risco constante à vida dos indígenas, seja pela transmissão de doenças como a covid-19 e a malária, seja devido a conflitos violentos”.

O povo Juma perdeu seu último ancião, Aruká, vítima da covid 19, que, segundo o relatório “foi contaminado na própria aldeia pois não foi feita barreira sanitária que poderia ter impedido a entrada do vírus. Morreu assim o último Juma que presenciou o massacre de 1964, por negligência do Estado”.

A liderança Kanamari relata, de acordo com o Dossiê, a situação na Terra Indígena Vale do Javari, localizada na fronteira do Brasil com o Peru, no Amazonas. Região de maior concentração de povos isolados do mundo, o Javari está suscetível à Covid 19 pelo livre tráfego de invasores nos territórios, de acordo com o dossiê:

“Os invasores – garimpeiros, madeireiros, caçadores e pescadores – agem com total liberdade. Eles são encorajados pelo governo federal e pela fragilização do sistema de proteção de índios isolados da Funai. A situação é ainda mais crítica com a propagação da covid 19 em todo Vale do Javari, o que pode provocar o genocídio dos parentes isolados.”

Outra forma de disseminação da Covid-19 relatada pelo Dossiê provém dos missionários fundamentalistas que provocam a recusa dos indígenas à vacina. “Notícias chegam até nós de todas as regiões do estado do Amazonas. Há relatos sobre comunidades que resistem à vacinação, por influência de religiosos fundamentalistas, com a utilização de argumentos falsos como: a vacina traz o chip da besta, a pandemia veio pela vontade de Deus e só ele pode curar, a vacina mata em vez de curar”, revela o relatório, que analisa:

“É uma guerra de cosmovisões... de quem tem o direito de ser humano e de ter vida com dignidade. O fundamentalismo religioso tem um discurso alinhado com o atual governo. (...) A posição contra a vacina não pode ter respaldo do ponto de vista religioso, só pode ser explicada do ponto de vista político. Há um projeto político de cunho fascista de eliminação de grupos considerados como ‘estorvos’”.

A situação dos indígenas residentes em áreas urbanas e terras indígenas não demarcadas é ainda mais crítica. O relatório aponta, de acordo com relatos das lideranças Witoto do Alto Solimões, do bairro indígena de Manaus, Parque das Tribos, e outras 35 comunidades urbanas indígenas “foram as primeiras afetadas pela covid 19, mas o governo foi extremamente negligente com a falta de atendimento médico e assistência nessas comunidades durante a pandemia”.

Os depoimentos revelam que ao se identificarem como indígenas, os atendentes respondiam que “quem cuida da saúde dos povos indígenas é a Sesai e que não teriam como disponibilizar a ambulância do SAMU para a remoção dos indígenas nas comunidades. E quando procuravam a Sesai e o Disei [Distrito Sanitário Especial Indígena] diziam que tinham que procurar o SUS [Sistema Único de Saúde], o município e o Estado, pois a Sesai e o Disei só atendiam indígenas das aldeias”, deixando os indígenas sem atendimento.

Dramática também é a situação do povo Kokama do Alto Solimões, também na triplíce fronteira, denunciada pela liderança Kokama:

“O médico estava de férias e quando voltou estava contaminado com a Covid e infectou a agente de saúde da Aldeia São José, que foi a primeira indígena infectada na aldeia. E a doença se espalhou muito rapidamente, sem controle, sem medidas de proteção e sem atenção dos governos. Assim, nosso povo continuou morrendo aqui no Alto Solimões. É muito difícil ver o seu povo sendo enterrado em valas, em sepultura coletiva. E ainda tem algo muito sério porque meu povo ainda é enterrado como pardo. O que é pardo? Eu e meu povo não somos pardos, somos Kokama, somos povo originário. Mesmo assim, a gente briga todo tempo para que no atestado de óbito conste como indígena Kokama”.

12 de outubro: Dia da Resistência (e do massacre) Indígena

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

“Em 12 de outubro de 1492, os nativos descobriram que eram índios, descobriram que viviam na América, descobriram que estavam nus, descobriram que existia pecado, descobriram que deviam obediência a um rei e uma rainha de outro mundo e a um deus de outro céu, e que esse deus havia inventado a culpa e a roupa e havia mandado queimar vivo quem adorasse ao sol, à lua, à terra e à chuva que a molha”, diz Eduardo Galeano, célebre escritor uruguaio, retratando o significado do descobrimento da América para os povos originários do continente.

Na América Latina, 12 de outubro é celebrado como Dia da Resistência Indígena, mas, originalmente, a data foi atribuída à celebração da chegada de Cristóvão Colombo às Américas, o “Dia da Hispanidade”. Para os povos originários são séculos de exploração e extermínio, mas, até hoje, a data é celebrada na Europa como uma “descoberta” do novo mundo. A América Latina tem cerca de 45 milhões de indígenas em 826 comunidades que representam 8,3% da população, segundo relatório Povos Indígenas na América Latina: Progressos da Última Década e Desafios para Garantir seus Direitos.

Como destaca o historiador estadunidense Samuel Eliot Morison: “A cruel política iniciada por Colombo e continuada por seus sucessores” que levou ao “genocídio completo”. No Brasil, a data é ignorada, assim como o fato de que não houve um descobrimento e sim uma invasão por parte dos colonizadores, que em poucas décadas escravizou e apagou a cultura de milhões de indígenas que aqui já viviam.

Reflexo disso, mais um episódio de violência e intolerância virou cicatriz na história dos povos Guarani e Kaiowá, de Mato Grosso do Sul (MS), quando, no dia 19 de outubro, uma casa de reza – Oga Pysy, assim chamada por esses povos –, no tekoha Rancho Jacaré, município de Laguna Carapã (MS), foi alvo de um incêndio criminoso. O espaço virou cinzas com menos de dois meses de inauguração, que foi realizada no dia 29 de agosto deste ano. De acordo com levantamento feito pela Aty Guasu – Grande Assembleia dos povos Kaiowá e Guarani, essa é a sétima casa de reza Guarani e Kaiowá incendiada em 2021, no estado de Mato Grosso do Sul.



Foto: Hellen Loures

“Estamos sendo ameaçados todos os dias. Não só mais uma casa de reza virou cinzas, mas também a vida das lideranças, dos rezadores e das crianças. Hoje vemos a ameaça e a vulnerabilidade no interior dos tekohas, coisa que a Justiça não enxerga”, lamentou Rosicleide Vilhalva Kaiowá, da Kuñangue Aty Guasu – Grande Assembleia de Mulheres Kaiowá e Guarani.

“Sem os povos indígenas, tradicionais, quilombolas e ribeirinhos nenhum país evitará o aquecimento global”, alertou Ângela Mendes na ONU, no dia 4 de outubro, em declaração que deu voz às denúncias de trinta e sete organizações durante a 48ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Angela Mendes, filha do líder extrativista Chico Mendes, também defendeu o reconhecimento do direito ao meio ambiente saudável e a criação de um mandato especial sobre mudanças climáticas e direitos humanos.

Resistência Indígena

Indígenas Guarani Kaiowá, vivendo em contexto urbano em Naviraí, no Mato Grosso do Sul (MS), realizaram o retorno ao território tradicional na sexta-feira, 15 de outubro. Ao todo, são trinta famílias, 56 adultos e 65 crianças e adolescentes instalados no tekoha urbano

Teko-Ava, na Aldeia Borevi-ry. Juntos, cobram a garantia de seus direitos originários, como a demarcação do território tradicional.

Expulsos de seu território e, novamente expulsos da cidade, os indígenas buscam viver conforme seu modo de vida, tradições e cultura. “Estamos vivendo do nosso jeito, com nossa cultura. Queremos e precisamos de diálogo sobre educação, saúde e território”, destaca o Povo Guarani Kaiowá em nota, esclarecendo o porquê decidiram realizar o retorno ao território, “uma ocupação de luta e resistência em retorno ao território, de preservação ecológica e cultural”. A exclusão social, insegurança alimentar, racismo e a violência estão entre as razões pelas quais decidiram pela retomada.

Muito além de retornar ao território tradicional, com a ação os indígenas buscam retomar sua identidade, sua luta pelo território e a defesa de seus direitos tradicionais. A retomada é símbolo de resistência aos povos. “Nossa luta é por território, moradia educação e preservação da cultura”, afirmam os Guarani Kaiowá.

Juventude Indígena: Na luta e na resistência em defesa da vida e de nossos direitos

Mais de 80 jovens indígenas, representando as aldeias Terra Nova, Nova Morada, Morada Nova, Itaúaba, do Povo Deni e as aldeias Santa Luzia, Flexal e São João do Povo Kanamari, participaram do I Encontro da Juventude Deni e Kanamari, em Itamarati (AM), realizado entre os dias 29 de setembro e 1º de outubro. Na ocasião, foram apresentadas as perspectivas dos jovens diante do contexto e da conjuntura social e política que o Brasil vive. “As autoridades, políticos, representantes dos governos, aos aliados e parceiros da causa indígena, a sociedade envolvente, exigimos apoio na defesa de nossos direitos, que esses sejam tratados com seriedade e efetividade, considerando nossas peculiaridades, culturas e costumes, para que nossa vida sejam cada vez mais valorizada e nosso bem viver não se torne apenas sonho, mais sim, realidade”, diz carta do I Encontro da Juventude Deni e Kanamari.



Foto: Povo Guarani Kaiowá

Registro do tekoha-urbano Teko-Ava, em Naviraí/MS

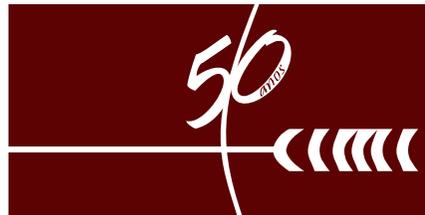


Foto: Equipe Juruá/Cimi Norte I

Indígenas dos povos Deni e Kanamari durante o I Encontro da Juventude Deni e Kanamari, em Itamarati (AM).

CAUSOS E CASOS

Rumo aos 50 anos



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Reunião no Seminário de Passo Fundo

Por Eglydio Schwade



Em maio de 1967, Pe. Thomaz Lisboa e eu publicamos nove artigos sobre a situação dos índios no Rio Grande do Sul. Em consequência, a Assembleia Legislativa criou uma CPI para apurar os fatos. Durante os trabalhos da CPI, foi descoberto e denunciado que o arcebispo D. Vicente Scherer, de Porto Alegre, e o bispo D. Cláudio Colling, de Passo Fundo, haviam recebido, cada um, 100 pinheiros para construção de seus seminários. Pinheiros, retirados pelo Serviço de Proteção aos Índios-SPI, de áreas indígenas do Rio Grande do Sul.

Numa reunião dos Bispos do Sul-III, da CNBB, os dois bispos reclamaram ao Provincial dos Jesuítas, providências para nos reprimir. Foi o que o Provincial fez em carta a nós. Entretanto, pouco depois, D. Ivo Lorscheiter, então secretário do Sul III, nos solicitou que organizássemos um encontro de Pastoral Indigenista para padres e freiras de regiões próximos às áreas indígenas do Estado. Apresentei-lhe então a dificuldade de que não éramos as pessoas mais indicadas para isto, como ficou claro pela reclamação dos dois bispos e da reprimenda do Provincial. Mas D. Ivo, com a sua normal tranquilidade, me disse:

“Eu ouvi a lamuria daqueles bispos, mas vocês vão organizar sim este encontro e vai ser lá no Seminário de D. Cláudio, em Passo Fundo.

Durante o encontro, assessorado pelo Pe. Adalberto Pereira, sj, missionário da Missão Anchieta de Mato Grosso, se discutiu muito a situação da invasão das áreas indígenas do Estado por agricultores. Quase todo o tempo quieto, um capuchinho, vigário de Cacique Doble, como que despertou a certa altura e disse: “Sim, eu estou pensando muito sobre este assunto. Acho que se deveria distribuir estas terras dos índios aos agricultores. Os índios adultos não tem mais jeito, mas as criancinhas, coitadinhas, se poderiam dar para as irmãs criarem em seus educandários”.

Participavam do encontro também lideranças indígenas convidadas por nós. Entre elas, o cacique Juvêncio de Paula, da área de Votouro. Pe. Adalberto se voltou para ele e lhe perguntou: “Então, Juvêncio, você estaria disposto a entregar os seus filhos para as irmãs?”, Juvêncio, sério, vagarosamente, quase soletrando, retrucou: “Acho que não, porque os meus filhos não são criação!?”.

Iniciada na edição de abril de 2021, a coluna “Causos e Casos” é um especial rumo aos 50 anos do Conselho Indigenista Missionário, que traz textos assinados por Egon Heck e Eglydio Schwade, dois dos fundadores do Cimi e militantes da causa indígena brasileira antes mesmo da criação da entidade.

É a comemoração do cinquentenário por meio do reconhecimento da contribuição

do Cimi para o desenvolvimento da causa indigenista a partir de seus missionários e missionárias, aqui representados por Egon Heck e Eglydio Schwade. Figuras históricas de luta que contribuem fortemente para a atuação missionária junto aos povos originários, dando um novo sentido ao trabalho da igreja católica.

As histórias da “Causos e Casos”, escritas

especialmente para esta coluna, mostrará que a atuação missionária, além de favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural; também fomenta espaços políticos e estratégias para o fortalecimento do protagonismo indígena.

Egon Heck e Eglydio Schwade relatam causos e casos com propriedade, pois, desde os primórdios, fizeram parte das linhas de ação do Cimi, sendo impossível separar suas vidas da causa indígena brasileira. Engajados com as comunidades desde a juventude, eles compartilham dos mesmos sentimentos dos povos originários e adotaram a causa como parte integral de suas trajetórias.

Egon Heck é ex-padre, formado em Teologia e em Filosofia, com pós-graduação em Ciência Política e lutou, e ainda luta, bravamente ao lado de comunidades indígenas em todo o país, contrariando toda carga cultural e ideológica de preconceito contra os povos indígenas a que esteve exposto em sua própria família e diante da política de inúmeros (des)governos.

Eglydio Schwade é indigenista, pesquisador, apicultor, ativista e cidadão do Estado do Amazonas, título concedido pela Assembleia Legislativa daquele Estado pela dedicação em prol dos povos indígenas da Amazônia. Relação que se iniciou em 1963, num momento em que os povos daquela região eram dizimados, tendo seus territórios rasgados por estradas, invadidos, saqueados e sendo sistematicamente desqualificados e discriminados nas suas formas de ser e agir.